
Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51435>

**“A luta é um cravo aberto”:
colapso imperial e peripécia literária**

*“The struggle is an opened carnation”:
imperial collapse and literary peripeteia*

*“La lucha es un clavel abierto”:
colapso imperial y peripeteia literaria*

Ubiratã Roberto Bueno de Souza*
<https://orcid.org/0000-0002-0586-8015>

RESUMO: Este artigo é constituído como um ensaio que procede a análise e a interpretação histórica de três poemas moçambicanos: “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) e um poema sem título de 1949, ambos de Fonseca Amaral (este último, antecipando em 25 anos a imagem do “cravo aberto” como signo da luta contra a opressão, antes dos cravos de abril portugueses). Os três se voltam para o destino coletivo daqueles povos que viveram o colapso do império colonial português marcado pela Revolução dos Cravos e pelo advento do Estado independente. Para observá-los, o artigo toma como referência comparativa os procedimentos de peripécia da antiga tragédia como um instrumental que favorece o olhar para estruturas poéticas compostas sobre uma temporalidade dobrada, cindida e fraturada. Essa metáfora de análise leva a evidenciar que, ao voltar-se para as condições concretas que levariam à luta contra a dominação colonial, os textos constroem suas temporalidades prefigurando um futuro em forma de uma retroversão. Ao fazer isso, os poemas apresentam estruturas contraditórias reveladoras dos impasses que cercaram tanto a independência de Moçambique quanto à constituição do Estado independente.

* Professor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Possui doutorado (2019) e mestrado (2014) em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e bacharelado em Letras (2012), todos pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisa de crítica literária e suas interfaces com a história social e sociologia histórica, investigando os estudos africanos, da diáspora africana no Brasil e as literaturas africanas de língua portuguesa. É autor do livro *Entre palavras e armas: literatura e guerra civil em Moçambique* (EdUFABC, 2017), e de capítulos de livro e artigos científicos.

Palavras-chave: Jorge Viegas. Fonseca Amaral. Independência de Moçambique. Literatura e história.

ABSTRACT: This article is structured as an essay that analyses and interprets the history of three Mozambican poems: “Fala de um guerrilheiro” (1981), by Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) and an untitled poem from 1949, both by Fonseca Amaral (the latter anticipating by 25 years the image of the “open carnation” as a sign of the struggle against oppression, before the Portuguese carnations of April). All three poems address the collective destiny of those peoples who lived through the collapse of the Portuguese colonial empire, marked by the Carnation Revolution and the advent of the independent state. To observe them, the article uses as a comparative reference the peripeteia procedures of ancient tragedy as a tool that allows the observation of poetic structures composed on a folded, divided, and fractured temporality. This analytical metaphor highlights that, by focusing on the concrete conditions that would lead to the struggle against colonial domination, the texts construct their temporalities by prefiguring a future in the form of a retroversion. In doing so, the poems present contradictory structures that reveal the impasses surrounding both the independence of Mozambique and the constitution of the independent state.

Keywords: Jorge Viegas. Fonseca Amaral. Mozambican independence. Literature and History.

RESUMEN: Este artículo está estructurado como un ensayo que analiza e interpreta la historia de tres poemas mozambiqueños: “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) y un poema sin título de 1949, ambos de Fonseca Amaral (este último anticipándose en 25 años a la imagen del “clavel abierto” como lucha contra la opresión, antes de los claveles portugueses de abril). Los tres poemas abordan el destino colectivo de aquellos pueblos que vivieron el colapso del imperio colonial portugués, marcado por la Revolución de los Claveles y el advenimiento del estado independiente. Para observarlos, el artículo utiliza como referencia comparativa los procedimientos de peripecia de la tragedia antigua como herramienta que favorece la observación de estructuras poéticas compuestas sobre una temporalidad plegada, dividida y fracturada. Esta metáfora analítica destaca que, al centrarse en las condiciones concretas que conducirían a la lucha contra la dominación colonial, los textos construyen sus temporalidades prefigurando un futuro en forma de retroversión. De este modo, los poemas presentan estructuras contradictorias que revelan los impases que rodearon tanto la independencia de Mozambique como la constitución del estado independiente.

Palabras clave: Jorge Viegas. Fonseca Amaral. Independencia de Mozambique. Literatura y Historia.

Como citar este artigo:

Souza, Ubiratã Roberto Bueno de. “A luta é um cravo aberto’: colapso imperial e peripécia literária”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 11-37

Este artigo é um ensaio formado por três análises poéticas seguidas de interpretações históricas. O olhar se dirige para três textos poéticos moçambicanos — a saber: “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) e um poema sem título de 1949, ambos de Fonseca Amaral¹. Os três se voltam para o destino coletivo daqueles povos que viveram o colapso do império colonial português marcado pela Revolução dos Cravos e pelo advento dos Estados independentes africanos. Para observá-los, o artigo toma como referência comparativa os procedimentos de peripécia da antiga tragédia clássica como um instrumental arcaico que favorece o olhar para estruturas poéticas compostas sobre uma temporalidade dêitica dobrada, cindida e fraturada. Aqui, já não como constructo de um destino individual verificável na composição de uma única ação trágica, mas como uma metáfora de análise. Como pretendo discutir, ao voltar-se para as condições concretas que levariam à luta contra a dominação colonial, os textos constroem suas temporalidades prefigurando um futuro em forma de *uma retroversão* e, ao fazer isso, mostram estruturas contraditórias reveladoras dos impasses que cercaram tanto a independência de Moçambique quanto à constituição do Estado independente.

Na antiga estrutura trágica, todas as personagens estão acometidas por uma espécie de *daímon*, uma dimensão fatal de origem divina que, ao passo que é individual, é externa à personagem (Vieira 2007, 29). O *daímon* trágico é um enigma que se abate inesperadamente sobre a personagem, mas também é um destino que está evidente de modo subterrâneo na tragédia desde o início — é o herói trágico que persegue seu fado de modo inevitável. O herói trágico então situa-se numa posição paradoxal entre a razão e o *daímon*: ao mesmo tempo em que é atingido por um desígnio divino, profetizado pelos oráculos, não deixa de situar-se como sujeito ativo diante desse destino, que resulta de suas próprias escolhas e ações (Vieira 2007, 29). Como disse Friedrich Schiller: “Tudo existe de antemão, e vai apenas se desenvolvendo. Some-se a isso o fato de que o evento, enquanto irrevogável, é por sua natureza muito mais aterrador” (Schiller, carta a Goethe em 2 de outubro de 1797, *apud* Vieira 2007, 166).

Trata-se do desdobramento de um destino individual em fim de contas enigmático e desconhecido, o que faz com que a estrutura temporal da antiga tragédia se dobre: ao mesmo tempo em que o herói trágico persegue com avidez as pistas que o levam a compreender o seu destino, uma ação subterrânea desenvolve-se à revelia de sua consciência, mas justamente devido às próprias ações, levando-o à autodestruição final. O momento em que os dois tempos se cruzam, sabemos deste a *Poética* de Aristóteles, é marcado pelo reconhecimento (*anagnorisis*) e pela peripécia (*peripeteia*).

¹ A relação de Fonseca Amaral com Moçambique será abordada adiante.

Segundo o estagirita, peripécia seria “a mudança dos acontecimentos para o seu reverso [...] de acordo com o princípio da verossimilhança e da necessidade”, enquanto o reconhecimento seria “a passagem da ignorância para o conhecimento” (Aristóteles 2008).

Para que seja possível evidenciar como os poemas apresentam distintas formas de fratura temporal, me apoio no método de análise poética do prof. Antonio Candido, expressado em duas obras menos ambiciosas de sua produção: *O estudo analítico do poema* (2007) e *Na sala de aula* (2017). Para ambos os trabalhos, que valem muito se lidos em conjunto, o prof. Candido dissocia duas etapas fundamentais para a crítica de poemas: a análise e a interpretação. Para ele, a análise é o “levantamento analítico de elementos internos do poema, sobretudo os ligados à sua construção fônica e semântica, e que tem como resultado uma decomposição do poema em elementos, chegando ao pormenor das últimas minúcias” (Candido 2007, 29). A interpretação, por outro lado, parte dos resultados obtidos na análise, mas objetivando ser um momento integrador, visa à compreensão da estrutura do texto. Ambos se completam no “ciclo hermenêutico”, com o propósito de “entender o todo pela parte e a parte pelo todo, a síntese pela análise a análise pela síntese” (Candido 2007, 29).

No caso deste artigo, desenvolverei interpretações históricas dos resultados obtidos no processo analítico, para que a compreensão dos elementos formais não se encerre em si. Para tanto, a metodologia estará apoiada numa sugestão advinda do materialismo histórico, no sentido de se conceber que toda a articulação textual está relacionada às dimensões sociais e econômicas da totalidade do processo social. Aproveito uma sugestão interessante dos teóricos franceses Pierre Macherey e Etienne Balibar (1976, 36), para quem, em uma análise materialista, as produções literárias “não se devem estudar do ponto de vista da sua unidade aparente e ilusória, mas do ponto de vista da sua diversidade material”, o que levaria o olhar a perscrutar não os signos da coesão dos textos, “mas os índices das suas contradições materiais (historicamente determinadas) que os produzem e que neles se encontram sob forma de conflitos desigualmente resolvidos” (1976, 36). É com este objetivo que o artigo proporá exercícios muito minuciosos de leitura dos textos poéticos, visando à interpretação histórica das fraturas neles contidas e evidenciadas na análise.

O futuro do pretérito

Quero começar do futuro para o passado. Para isso, gostaria de tomar um poema de Jorge Viegas, presentes no volume *O núcleo tenaz*, de 1981. Viegas nasceu em Quelimane em 1947. Estreou-se em livro com a obra *Os milagres*, publicada em sua cidade natal em 1966. Posteriormente, apareceu nos volumes da importante revista *Caliban*, organizada por J. P. Grabato Dias e Rui Knopfli, no. 01 de 1971 com os poemas “Na boca da noite”, “Carreira de tiro” e “Contestação” e

no volume 3/4, de junho de 1972, com o quadríptico “Em louvor das palavras”. Após a independência, apresentou colaboração regular na revista *Tempo* e, logo em seguida, publicou seu volume pela coleção “Autores moçambicanos” do Instituto Nacional do Livro e do Disco em Maputo. Anos depois, publicou já em Portugal pela ALAC, de Manuel Ferreira, o volume *Novelo de chamas* (Cavacas e Gomes 1998, 200; Ferreira 1997, 335-342; Saúte, Lisboa e Sopa 1996). No seu volume de 1981, é possível ler o seguinte poema:

FALA DE UM GUERRILHEIRO

Neste tempo de medos e retrancas,
Com que tentam calar a Pátria em nós,
Faremos de nós mesmos, alavancas,
E das armas, nos braços, nossa voz.

Neste tempo de verdades mancas
Calafetadas numa ironia atroz,
Espancaremos, com amor, palavras francas
Sob as barbas postiças do algoz.

Neste tempo de susto e de loucura,
Tempo de fome e tempo de amargura,
A Pátria cresce em nós num sonho puro.

E na sinistra voz das carabinas,
Ao som terrível do rebentar das minas,
As nossas mãos constroem o futuro (Viegas 1981, 19).

Trata-se de um soneto italiano, formado de rimas cruzadas nos quartetos e de rimas emparelhadas completadas pela terça rima interestrófica (CCD/EED, Chociay 1974, 196). Grande parte dos versos é decassílabo, com exceções para os versos quinto (eneassílabo) e o sétimo (hendecassílabo). O poema é organizado por meio de uma estrutura paralelística que se repete de modo rigoroso nas três primeiras estrofes, organizando um grande bloco simétrico de sentido, rompido apenas pelo último terceto. O esquema rímico variável entre os quartetos e os tercetos corresponde aproximadamente à estruturação em dois blocos. Estas três estrofes simétricas são iniciadas por uma espécie de expressão capitular, por assim dizer: “Neste tempo”, repetida, portanto, três vezes. Os segundos versos de cada uma dessas estrofes apresentam valor qualificativo, pois servem para completar o significado do “tempo” anunciado anteriormente. Os dísticos finais dos quartetos são definidos por uma ação, expressa por verbos conjugados na primeira pessoa do plural no futuro do indicativo (“faremos”, “espancaremos”). A estrutura do poema, portanto, pode ser definida por “Neste tempo” [posição 1] + qualificativo do tempo [posição 2] + ação no futuro [posição 3].

Quanto aos tercetos, o primeiro deles é quase todo voltado para a descrição do “tempo”, e esta palavra é repetida três vezes nesse período. O verbo no futuro do indicativo na posição 3, que se repetiu nos quartetos, segue na mesma posição no terceto, mas agora dá lugar ao presente do

indicativo (“cresce”), ainda assim com um valor semântico apontado para o futuro — já que o crescimento é um processo de desenvolvimento que alcança maturidade e decadência. Este sentido é reforçado pelo último verso do poema, que aborda o futuro nominalmente. O último terceto difere muito da estrutura paralelística anterior. Entretanto, a expressão “e” tem função de conjunção adversativa. Veja-se: ao apontar para elementos aleatórios, com valor adverbial, mas sem localização definida (“voz das carabinas”, “som das minas” — não se sabe quando nem onde estão), é possível deduzir que estes dois elementos ainda servem para qualificar o tempo, por derivação de sentido. Desse modo, apesar de morfologicamente diferente do primeiro bloco do poema, o segundo terceto segue o funcionamento geral do texto, apresentando o tempo presente [posição 1, implícita] qualificado [posição 2] e uma proposta de futuro [posição 3].

Essa estrutura paralelística do poema favorece à constituição de uma ironia estrutural, o dado mais importante do texto. Esse fenômeno se forma pela justaposição de uma condição adversa, definida pela abundante caracterização do tempo, e algo que se lhe contrapõe, precisamente uma ação humana constitutiva de valor positivo. O tempo é sempre negativo, mas, a partir dele, um “nós” oculto, apenas pressuposto pela conjugação verbal, organizaremos um futuro positivo. Trata-se da justaposição de elementos contrários que faz o improvável ser provável devido à sua peremptória afirmação poética. Assim, o tempo é qualificado, precisamente como: de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura e, por derivação de sentido, também de carabinas e minas. Apesar disso, faremos alavancas de nós, voz das nossas armas, espancaremos palavras. Isso porque a Pátria cresce e nossas mãos constroem o futuro.

Além da ironia estrutural, que cria positividade além da adversidade, é importante destacar outro tipo de ironia complementar que está num nível estruturante mais baixo na construção do poema. Trata-se do tipo de retroversão obtida, por exemplo, no primeiro quarteto, a partir da reposta positiva para imposição negativa. Quando tentam calar a voz, a arma nos braços se transforma em voz. Esse processo de metamorfose é bastante significativo — um som é substituído por outro, por meio de uma sobreposição de sinédoques. Quando é cerceado o direito à livre expressão do desejo de ser pátria (“calar a Pátria em nós”), resulta uma resposta por meio de uma ação armada, quando as armas falarão (serão voz). Na segunda estrofe, quando as verdades são mancadas, as palavras são espancadas. A imagem das “verdades mancadas” plastifica a assunção de uma crença que não caminha plenamente, mas coxeia com dificuldade em sentido incerto. A pátria cresce mesmo com susto, com loucura, com fome e com amargura.

Portanto, há no poema três níveis de contradições justapostas: uma, formal, estrutura o poema em dois grandes blocos que correspondem a um paralelismo morfológico; a segunda

justapõe o improvável e o provável almejado, mostrando como do sinal adverso surgirá a positividade construída; e a terceira se refere à polimorfia de imagens contraditórias e complementares que compõem o interior e a substância dos blocos formais e da grande ironia.

Trata-se da “Fala de um guerrilheiro”, publicada em Moçambique em 1981. Não é possível desconsiderar a recente luta armada pela independência de Moçambique. Entretanto, após a independência, os antigos guerrilheiros da Frente de Libertação não estão mais em atividade, agora eles são soldados das Forças Armadas de Moçambique (FAM/FPLM, surgida em 1978), derivado das antigas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), o braço armado da antiga Frente de Libertação de Moçambique FRELIMO (a esse respeito Freixo e Chingotwane 2024, 177; Macaringue 1997, 43-69). Neste sentido, a “Fala de um guerrilheiro” faz referência direta à intensa profusão de literatura revolucionária desencadeada em Moçambique desde a ação da FRELIMO nas zonas libertadas durante a guerra e, posteriormente, em função da ação do Estado-partido (no dizer de Lorenzo Macagno 2009, 17-35). Esta literatura revolucionária tem como epítome as coletâneas *Poesia de combate*.

A primeira coletânea, *Poesia de combate*, veio à luz antes da independência, em 1971, editada pelo Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. Em 1977, veio a lume a *Poesia de combate 2*, editada já pelo Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, justamente na altura do III Congresso, que fazia a frente se tornar Partido Frelimo, com a adoção do marxismo-leninismo como política de Estado. Em seguida, em 1979, uma segunda edição do primeiro volume bastante modificada foi apresentada, desta feita chamada *Poesia de combate 1*. Posteriormente, já em 1983 é publicada a *Poesia de combate 3*, altura do IV Congresso, em que a Frelimo dá passos atrás na assunção do marxismo-leninismo. Além das publicações da FRELIMO/Frelimo, há outras antologias em que o modelo era emulado, de que são exemplos as coletâneas: *As armas estão acesas nas nossas mãos* (1976), editada no Porto, com prefácio de Papiniano Carlos, *O continuador e a revolução* (1978), organizado por Maria Rosa Colaço, *Palavra é lume aceso* (1980), organizada por Orlando Mendes e por Sol Carvalho, *As palavras amadurecem* (1988), editada pelo *Diário de Moçambique*, com a participação de Heliodoro Baptista na seleção.

Trata-se, enfim, de um vasto corpo literário muito plural, cujos traços predominantes começam a ser delineados pela crítica, de que ressaltam os trabalhos de Basto (2006), Souza (2019) e Campos (2022). Apesar disso, é possível indicar como traços gerais dessa produção a sua constituição como modelo literário alinhado aos pressupostos ideológicos da FRELIMO (ou Frelimo), profundamente ligado ao “espírito de partido”: era necessário que o poeta apresentasse uma narrativa retroalimentada pelo engajamento na luta de libertação e de acordo com a correição

ideológica proposta pela frente, após 1977 convertida em partido na altura do III Congresso. Para os poetas moçambicanos, as atividades da luta de libertação nacional, as várias situações de reconstrução do país, a solidariedade internacional na luta contra o imperialismo e o *apartheid* deviam funcionar como as legítimas fontes de “inspiração” (este assunto foi desenvolvido em Souza 2019). A retórica revolucionária se alimentava de um caráter épico, triunfal e heroico destinado a formar e unir a nação.

Com efeito, a configuração desse unitarismo solicitava que as obras se imbuíssem de um sentido comunitário que devia se impor univocamente sobre os sujeitos (enunciativos ou diegéticos) que, a propósito, deviam se despir de todo o individualismo e desejos egocêntricos considerados “reacionários”. Na poesia, a configuração de um sujeito enunciador coletivo, só individuado quando faz referência ao guerrilheiro, arquétipo do herói nacional, impôs-se contra a utilização da primeira pessoa do singular, entendida como marca de lirismo intimista. O individualismo, a etnicidade, a multiplicidade de culturas, as diversas formas de episteme e cognição das muitas culturas locais, tudo isso estava proscrito da nova literatura. A apologia da grande vitória da revolução se fazia como tema maior e central para essa poesia épica revolucionária, como observou Russell Hamilton (1984, 55):

A ideia da autoria anónima e colectiva corresponde à linha política visando suprimir o individualismo dentro de um esforço forçosamente dependente da mobilização massiva. E a ideia de que toda a gente que sabia escrever pode ser poeta é consistente com as tentativas, dentro do movimento, de despertar a consciência colectiva com vista a uma revolução (Hamilton 1984, 55).

Com base nisso, o poema “Fala de um guerrilheiro” tem duas dimensões de significado. O primeiro, mais óbvio, deve inscrever o poema na lógica da poesia revolucionária, entendendo essa locução veiculada em obra de 1981 como mensagem obtida nas já longínquas matas das guerrilhas entre FPLM e as Forças Armadas Portuguesas, entre 1964 e 1974. Retomem-se agora as três camadas de cisão irônica inscritas no poema: dois blocos estruturantes, que correspondem à fratura entre o presente adverso e a possibilidade de construir um futuro positivo, e o nível das ironias menores que compõem as imagens em cada estrofe. Neste sentido, o guerrilheiro interpretou (lá no passado das matas) as condições adversas da luta armada pela independência como um presente negativo feito de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura, de carabinas e de minas — a partir dele, e a despeito dele simultaneamente, cresce a Pátria. O futuro almejado estaria em condições de ser construído no presente de 1981, afinal, Moçambique estava independente há seis anos, e lembrar o sonho sonhado pelo guerrilheiro nas matas é exemplo na nova sociedade. O poema seria, assim, um modelo de postura revolucionária heroica e triunfal, praticamente um poema de combate.

Entretanto, há outro modo de ler o poema, mais insidioso e desafiador da lógica partidária triunfais. Desse modo, o presente abundantemente tematizado na expressão capitular “Neste tempo” não se refere a um tempo mítico das zonas libertadas, mas aponta precisamente para 1981 e dele não sai. Como se um guerrilheiro dos tempos antigos (não um soldado das FAM/FPLM), surgisse para interpretar o presente com base no seu “sonho puro” (11º verso), a despeito ou a partir do que vê em sua frente naquele momento. E o que vê é desolador: um presente negativo feito de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura, de carabinas e de minas. Não se trata de uma revolução triunfal e épica, mas do grande fracasso de um projeto de poder *a despeito do qual* a Pátria insiste em emergir no sonho puro de quem lutou por um velho ideal — o guerrilheiro pretérito. Onde havia acabado o ideal da luta armada de libertação?

O primeiro sentido não é totalmente descartável. Ele se destaca em primeiro plano e o seu significado é reforçado externamente pela profusão de literatura revolucionária do período. Entretanto, o segundo sentido é latente e também se impõe. Ele faz referência, a um tempo, à grave crise econômica de que Moçambique foi vítima no início dos anos 1980, à violenta guerra civil que grassou no território moçambicano de 1976 a 1992 e à crescente centralização do poder em uma elite formada pelas estruturas do partido, cada vez mais distantes dos antigos ideais ou de uma representatividade participativa efetiva. Veja-se cada caso.

A grave crise econômica se abate sobre Moçambique na década de 1980, com efeitos graves nos meios rurais e urbanos. A guerra civil² se acirrou e se alastrou por quase a totalidade do território, comprometendo sobremaneira a capacidade produtiva do país (Geffray 1991, 51–55). A consequência disso é que os gastos públicos com defesa militar chegaram a empenhar cerca de 33,5% do total das despesas do Estado em 1985 (Mosca 1999, 149), aliados a diversos tipos de problemas organizacionais que fizeram com que o volume da produção agrícola comercializada decrescesse em até 90% para o caso de alguns gêneros alimentícios no período entre 1980 e 1986 (Mosca 1999, 150). Isso geraria uma gravíssima crise de abastecimento comercial dos centros urbanos, com carência constante de toda a sorte de produtos alimentícios, vestuário e colapso das infraestruturas básicas, o que foi diagnosticado pela Frelimo no *Relatório do Comité Central para o IV Congresso*, de 1983, como um grave problema: “a carência de mercadorias para consumo que neste momento se verifica nas lojas é um problema real que afecta a vida do povo” (Frelimo 1983, 47).

Afora isso, um êxodo rural massivo de pessoas fez com que as cidades se superlotassem a partir do final dos anos de 1960, e prosseguissem em um crescimento absolutamente exponencial

² Optar pelo termo “guerra civil” faz referência aos distintos momentos da chamada “guerra dos dezasseis anos” e não deve ser sobreposto à ideia de “agressão” exterior. Cf. Coelho 2001, 89, Souza 2017.

após 1975, motivado destarte por muitos fatores, entre os quais se destacam: a guerra civil que se alastrava; a profunda antipatia que as intervenções de engenharia social da Frelimo geravam no campo (como as ostensivas políticas das aldeias comunais e o esfacelamento das estruturas endógenas de poder em favor dos Grupos Dinamizadores e das “estruturas”, (Geffray 1991, 155)); e também a impossibilidade de que grande parte da mão de obra anteriormente destinada às minas da África do Sul (os magaiças) continuasse nesse fluxo migratório sazonal devido às políticas do apartheid em conflito com o governo socialista de Moçambique (Olson 1990, 32-36).

Neste contexto é que surge a “Operação Produção”, desencadeada após o IV Congresso. A investida se inseria num contexto maior de um esforço ingente do governo para exercer um controle efetivo (e ostensivo) da mobilidade e das migrações, sobretudo no sentido campo-cidade (cite-se a obrigatoriedade do porte da Guia de Marcha e do Cartão de Residente a partir de 1983, Quembo 2017, 39). Como observa Thomaz (2008, 191), a “Operação Produção”, em suma, consistiu numa ação de caráter policial que, à semelhança de sua congênere de 1974, a “Operação Limpeza”, tinha o objetivo de deter os que então eram definidos como delinquentes, ociosos, parasitas, marginais, vadios e, novamente, as prostitutas, e encaminhá-los para campos de trabalho forçado em regiões de baixíssima densidade demográfica, como a distante província do Niassa. Quembo (2017, 43-45), analisa que, ao passo que o IV Congresso representou uma tendência de abertura econômica em face da calamidade econômica e social, por outro lado intensificam-se aí as políticas de controle social e coerção do pensamento – isso o faz definir a operação como parte de um esforço de “afirmação e de consolidação do poder da Frelimo” (Quembo 2017, 48).

A guerra civil, por sua vez, tem vindo a ser compreendida como parcialmente efeito da centralização excessiva do Estado, parcialmente motivada pelo descontentamento com as diretrizes do novo Estado, e parcialmente fruto de uma investida internacional de países pró-apartheid vizinhos de Moçambique, cujas economias precisavam da dependência moçambicana do capital ocidental. Tal conjuntura gerou a circulação de um potencial de violência simbólica e armada no interior de Moçambique, que encontrou nefastas confluências no preparo de tropas paramilitares por parte da Rodésia e da África do Sul sob regimes de apartheid na forma da MNR (*Mozambican National Resistance*), que se transformou em RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e fez com que seu mote de guerra se transformasse, precisamente, no combate ao Estado representado pela FRELIMO, como bem analisa o antropólogo Christian Geffray (1991, p. 155). Este conflito bélico, definido em seu primeiro momento como guerra de agressão, posteriormente pôde ser entendido como guerra civil de Moçambique, como define o historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho (2010, 15; 2001, 86).

O fato é que a guerra, seja ela de agressão, de desestabilização ou civil, destróçou as mínimas possibilidades de que uma unidade nacional fosse plenamente conquistada, além de ter tornado em pó as já escassas condições que Moçambique tinha para construir o “progresso” e o “desenvolvimento” social e econômico. Já no IV Congresso da FRELIMO, ocorrido em 1983 (portanto, seis anos após o triunfalista III Congresso), o Comitê Central do partido estava em condições de assumir o gravíssimo quadro crítico em que Moçambique se encontrava. Segundo Fernando Bessa-Ribeiro, o relatório que deriva do congresso dava um passo atrás em relação aos modelos econômicos que envolviam a produção agrícola (percebendo os problemas originados por conta das aldeias comunais), e percebia também como um grave problema a centralização excessiva das estruturas de organização política, que gerava a marginalização dos cidadãos e trabalhadores (Bessa-Ribeiro 2015, 370). E, para efeitos de crítica ao vanguardismo e elitismo, o mais importante é que “o relatório denunciava ainda a existência de uma camada social que, avessa à participação dos trabalhadores na gestão da produção [...] aspirava a transformar-se em burguesia” (Bessa-Ribeiro 2015, 370). A esse processo todo que, em poucos anos, levou Moçambique a uma completa liberalização de sua economia e definitiva construção de uma burguesia capitalista, Bessa-Ribeiro o chama, a propósito, de “esgotamento revolucionário”.

Neste sentido, os abundantes modos de caracterização de “Neste tempo...” no poema “Fala de um guerrilheiro”, materializados numa estrutura que redundava o apelo para essa função qualificativa, fazem referência ao esgotamento revolucionário, político, econômico e social de que Moçambique era vítima exatamente neste presente de 1981. Relembrem-se os termos: tratava-se de um presente negativo feito de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura, de carabinas e de minas. Não é possível perder da análise neste ponto a contraparte da ironia formada pelo poema: a despeito deste presente a Pátria insiste em emergir no sonho puro de quem lutou por um velho ideal, o guerrilheiro que fala da pretérita mata da luta anticolonial.

Trata-se de uma forma de ler este poema não como uma ode apologética triunfal, mas como uma severa crítica ao presente construído pela revolução em curso. O texto poético, neste sentido, não deixaria de corresponder a uma função didatizante e pública, assim como prognosticavam os princípios da *Poesia de combate*. Entretanto, o texto é simultaneamente uma severa crítica. A situação era tão grave que muitas vezes a crítica pôde emergir até dentro da própria Frelimo, de que é prova o já citado *Relatório do Comitê Central ao IV Congresso*, ou as densas análises do cientista social Aquino de Bragança, o assim chamado “ministro sem pasta”. No conhecidíssimo texto “Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique”, publicado em 1985

(dez anos após a independência, quatro anos após o poema de Viegas, um ano antes da infausta e precoce morte de Bragança), o cientista, acompanhado por Jacques Depelchin, aborda uma Frelimo “exangue, esgotada, muito longe da imagem de 1975” (Bragança e Depelchin 1985, 32). O objetivo confesso do autor é “aprofundar a crítica, se queremos fortalecer as fileiras dos que combatem por uma transformação socialista de Moçambique” (Bragança e Depelchin 1985, 32). Bragança e Depelchin identificam como causas desse esgotamento a burocratização do partido num Estado distante do povo e a violenta guerra civil, pelo que se vê:

[...] a Frelimo estava mais próxima do marxismo-maoísmo revolucionário, quando do processo da criação das zonas libertadas, do que quando se proclamou partido marxista-leninista, partido de vanguarda, no 3º Congresso em 1977? [...] Será necessário explicar por que houve esta inversão, por que é que a Frelimo parece ter-se tornado menos revolucionária precisamente no momento em que foi proclamado o socialismo como meta a atingir. [...] Seja o que for, é difícil no contexto desta problemática não pensar nas palavras do Presidente Samora em 1975: “ao retirar os quadros das zonas libertadas, estamos a retirar o peixe da d’água”. De 1977 a 1983, o Partido foi enfraquecendo constantemente em relação ao Estado. Os esforços feitos para modificar a situação, da ofensiva às revitalizações, podem ser considerados como provas das dificuldades encontradas nas tentativas infrutuosas de concretizar palavras de ordem no sentido de reforçar o Partido (Bragança e Depelchin 1985, 35-38).

Às retroversões entre os ideais e as suas práticas nas estruturas de um Estado em franca decadência correspondem as retroversões entre temporalidades distintas anunciadas no poema, abundantemente materializadas na sucessão de paradoxos irônicos obtidos pelas contraposições morfológicas descritas anteriormente. O tempo aponta para um sentido, mas “nós” inverteremos essa inércia e faremos com que o tempo caminhe no sentido contrário. Além disso, é importante enfatizar a complexa relação temporal obtida por essas contradições. Afinal, tem-se aqui igualmente uma forma de peripécia, nos termos apontados no início deste ensaio. Retomemos: trata-se do desdobramento de um destino fazendo com que a estrutura temporal trágica se dobre: o herói persegue as pistas do presente, enquanto uma ação desenvolve-se no sentido contrário, levando os acontecimentos para o seu reverso. Evidente, o poema não é uma tragédia — o destino não é individual e o desenvolvimento da peripécia, nesse caso, não é inconsciente, mas justamente provocada pela consciência persistente que teima em lembrar os ideais do velho guerrilheiro do passado.

Desse modo, é possível perceber o significado real da independência política materializada no poema. O tempo presente, no texto, mostra um peso monolítico, disfórico, de um destino que precisa se cumprir, mas está enredado em entraves. A utopia que precisa se cumprir a despeito da política, a despeito do Estado, mesmo a despeito de um partido de “verdades mancadas”. O futuro sonhado já chegou, transformou-se em presente, mas não alterou os rumos — como uma peripécia

que se congela no mesmo ato de existir. Um sentido subversor do triunfalismo das *Poesia de combate*, de algum modo dissimulado em uma retórica revolucionária. Não por acaso, Nelson Saúte avalia acerca de Viegas: “Nos tempos em que a revolução concitou o seu entusiasmo teve dele uma adesão comedida. Nunca foi panfletário, sempre um subversor da linguagem” (Saúte 2022, s/p). As ressonâncias desse efeito na sua coletânea *O núcleo tenaz* estão em toda a parte: no poema “Subversão”, no próprio “O núcleo tenaz”, em que solicita um homem, não o homem novo moçambicano, síntese da política moral da Frelimo, mas sim o “homem em viagem, / o homem-interrogação”.

O presente do pretérito

Gostaria de retroceder um pouco no tempo, ir em busca de outro tipo de retroversão mais imediata. Para isso, recorro a Fonseca do Amaral — aquele poeta que influenciou mais do que escreveu, na conhecida opinião de Rui Knopfli proclamada na revista *Caliban*, nº 2, de nov. 1972: “por direito e mérito próprios, um dos nomes mais altos e representativos da Poesia em Moçambique e, por desleixo e abulia, um dos menos conhecidos e apregoados”. Reuniu à volta de si vários outros poetas, publicados nas páginas de *Itinerário*, aos quais Rui Knopfli chamou anos mais tarde de “esquerda literária” (Knopfli 1974, 8-9) — incluíam-se no grupo Noémia de Sousa, Rui Guerra, Rui Nogar, Craveirinha, Rui Guedes da Silva.

João da Costa Fonseca do Amaral nasceu em Viseu em 1928, mas radicou-se em Moçambique em 1931 e lá cresceu, imerso nas fronteiras entre a cidade branca e o areal do caniço. Viveu em Portugal entre 1954 e 1975, quando retornou ao país recém-independente como cooperante da revolução (sem nunca assumir formalmente a nacionalidade moçambicana) e de lá saiu desencantado e estafado em 1980 (Cf. entrevista concedida em 1990 a Nelson Saúte 1998, 90-92). Fonseca do Amaral estreou-se em poesia publicando em 1945 e tem toda a sua produção dispersa por periódicos como *A voz de Moçambique*, *Itinerário*, *O brado africano*, com pouca produção posterior a 1966 (Ferreira 1997, 69; Lisboa 1998, 11-13; Cavacas, Gomes 1998, 344). A única compilação em livro de sua obra foi organizada por Eugénio Lisboa, publicada em 1999 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda — ainda assim sem ser exaustiva³. Veja-se um poema seu escrito no ano de 1975, entretanto publicado na revista *Tempo* em 1980:

³ Na entrevista concedida a Nelson Saúte (1998, 89-90) em 1990, Fonseca do Amaral faz revelações significativas acerca de seu silêncio poético. Ao ser indagado acerca dos motivos que levaram a nunca reunir os textos em volume, afirma que “São muito datados; até formalmente datados. [...] Os poemas, alguns, são dolorosos; doem muito. Para já não quero sofrer. Os poemas custam-me muito” (Saúte 1998, 89). Quando questionado acerca de uma possível escrita em Moçambique após 1975, alega: “O que eu escrevia não podia ser publicado na altura em Moçambique. Ou

TESTEMUNHO

Encharcados até aos ossos
A garganta rouca de gritos, cantos e poesia
Vimos em terra firme e plena noite
Raia a nova alegria.
Vimos
A hora zero
A demarcação das águas
O antes e o depois
E sob a chuva propiciatória
O chão florir
Num rútilo símbolo novo.

Na circum-navegação de um estádio
Sob as bategas
Vimos
E disso damos público testemunho
Entre lágrimas quentes e chuva fria
Em plena noite nascer o novo dia.

1975

(*Tempo*, n. 507, 1980 *apud* Amaral 1999, 72.).

O poema é formado por três grandes períodos, distribuídos em duas estrofes, divididos por uma espécie de cesura marcada pela gravitação dos elementos organizados à volta do verbo “vimos”, repetido três vezes. Os elementos acessórios são descritos a seguir. Na primeira estrofe, antes de “vimos”, existe uma sucessão e sobreposição de predicativos (encharcados e roucos) atribuídos a um sujeito elíptico (nós), seguido de dois adjuntos adverbiais coordenados (em terra firme e de noite), responsáveis por qualificar agentes, condições e situações correspondentes à ação verbal. O segundo período não apresenta preâmbulo antes do verbo, mas é iniciado imediatamente por este. O terceiro não conta com predicativo do sujeito, mas tem adjunto adverbial (no estádio e sob as bategas). Após a cesura, ambas as estrofes estão preenchidas por um grande sintagma que tem o valor de objeto direto do verbo, ou seja, tudo o que é visto por aquele agente e naquelas condições. Portanto, a estrutura do poema consiste em: preâmbulo [predicativo do sujeito e/ou adjunto adverbial ou Ø] + verbo [vimos] + objeto direto [variável].

O centro estrutural e semântico do poema é o ato de ver, precisamente o que foi visto em terra firme, em plena noite, sob a chuva em bategas. E o que foi visto naquela ocasião foi: raia a nova alegria, a demarcação das águas, o chão florir, nascer o novo dia. Aqueles elementos com função predicativa e adverbial são justapostos a estes com função objetiva, e a associação entre eles gera um efeito de agudeza⁴, obtido pela sucessão de ideias totalmente díspares. De modo que: 1) *a*

fazia uma poesia apologética ou, como eu sou um poeta crítico, preferia calar-me. E eu preferi calar-me, não interferir, não perturbar as hostes” (Saúde 1998, 90). No entanto, escreveu poemas perturbadores, como se vê.

⁴ Segundo Hansen (2000, 317-318), a agudeza é um ornato de estilo resultante de “uma operação dialética, como análise, e de uma operação retórica, como elocução”, a partir da qual se obtém uma contraposição discursiva, culminando em um “ato do entendimento que descobre correspondências inesperadas entre coisas”. Trata-se de uma

alegria raia de noite, em que estão contrapostas as ideias de “raiar”, ou seja, refulgir um clarão em plena escuridão da noite; 2) *na terra firme se veem as águas demarcadas*, o que contrapõe a permanência no interior do continente à visão marítima, como se desde a terra fosse possível avistar o alto mar; 3) *o chão está a florir*, o que mostra uma hipálage, a derivação de sentido por contaminação: em rigor, florescem os vegetais que nascem do chão, não o chão ele próprio; entretanto, a aproximação gera um desvio — de todo o modo, a figura contribui para a dissonância, já que o chão é elemento inerte ao qual é atribuído vida; 4) *há lágrimas quentes na chuva fria*, em que há a justaposição da diferente temperatura dos líquidos, chuva e lágrima, calor e friúme; 5) *de noite raia o dia*, se, de algum modo, da noite surge a madrugada e o raio do dia, aqui o dia raia em plena noite, à “hora zero”, como é dito no sexto verso. Ou seja, do improvável surge o provável, do contrário surge o seu oposto, da aridez surge a liquidez, do escuro surge uma luz, do friúme surge o calor. O poema todo é calcado em um procedimento de inversão de sentido que aponta para a superação abrupta da improbabilidade, obtido pela justaposição de sentidos contrários.

As imagens se inscrevem em um universo referencial muito específico, o que aumenta o significado histórico e estético do poema. A profusão de imagens ligadas à água é transversal ao texto e ocupa cinco versos: “Encharcados até aos ossos”; “A demarcação das águas”; “E sob a chuva propiciatória”; “Na circum-navegação de um estádio”; “Entre lágrimas quentes e chuva fria”. A “demarcação das águas” está ligada à “circum-navegação”, e faz referência à aventura colonial portuguesa, tributária da ambição de circum-navegação, tanto do globo terrestre, quanto do continente africano, com o propósito de alcançar a Ásia. Para todos os efeitos, Moçambique sempre foi posição estratégica de navegação no Oceano Índico. A demarcação das águas nesta circum-navegação de 1975, entretanto, serve não mais para delimitar o alcance do império, mas para mostrar seu colapso, como será discutido a seguir. Afinal, ela já não ocorre nos oceanos, mas sim à volta de um estádio.

A palavra “estádio” é uma referência ao Estádio da Machava. Ele foi fundado em 1968 como Estádio Salazar e, de 2025 em diante, renomeado como Estádio da Independência Nacional, após as comemorações dos 50 anos de emancipação. A Machava foi o espaço mítico da proclamação da independência em 25 de junho de 1975. Esse sentido é reforçado pela expressão “A hora zero”. Naquela noite, o presidente Samora Machel declarou a independência total de Moçambique iniciando seu discurso com a célebre expressão “à zero hora de hoje”, embora já não

estética prevalecente nas poéticas e nas artes seiscentistas e setecentistas, posteriormente rechaçadas durante a vigência das poéticas de inclinação neoclássica. Aqui, uso o termo como um instrumental analítico que favorece a compreensão do efeito obtido pela contraposição de elementos díspares, sem que para isso seja forçoso aproximar o poema das poéticas antigas.

fosse mais meia-noite. Em relação à retroversão do tempo, é curiosa a sintonia que existe aqui, afinal, com o fato de que a declaração de independência foi feita com 20 minutos de atraso. Relembro o conhecido relato de Mia Couto:

Na noite de 24 de Junho, juntei-me a milhares de outros moçambicanos no Estádio da Machava para assistir à proclamação da Independência Nacional, que seria anunciada na voz rouca de Samora Moisés Machel. O anúncio estava previsto para a meia-noite em ponto. Nascia o dia, alvorecia um país. Passavam 20 minutos da meia-noite e ainda Samora não emergira no pódio. De repente, a farda guerrilheira de Samora emergiu entre os convidados. Sem dar confiança ao rigor do horário, o Presidente proclamou: “às zero horas de hoje, 25 de Junho”. Um golpe de magia fez os ponteiros recuarem. A hora ficou certa, o tempo ficou nosso (Couto 2005, 191-192).

O poema “Testemunho” é, afinal, a apresentação de uma alegação pública e coletiva do que foi visto no Estádio da Machava na madrugada de 25 de junho de 1975. Essa afirmação emerge, entretanto, de uma composição estrutural cuja morfologia mostra o surgimento do provável desde o improvável, do contrário surge o seu oposto, da aridez surge a liquidez, do escuro surge uma luz, do friúme surge o calor, da terra surge o mar. Da aventura colonial emerge a independência. Trata-se, em fim de contas, de um grande processo de inversão de sentido que aponta para a superação abrupta da improbabilidade, obtido pela justaposição de sentidos contrários. Essa retroversão, a propósito, tem impacto na temporalidade do poema, já que o dia nasce exatamente à zero hora (curiosa imagem, contida também no relato de Mia Couto) — mesmo que a meia-noite já tivesse passado. O testemunho mostra como todas as pessoas presentes naquela noite puderam assistir a uma peripécia no exato momento em que ela acontecia diante de seus olhos. O tempo dobrou-se sobre si próprio e, a partir daquele momento, passou a avançar no seu sentido contrário, como contrárias eram todas as justaposições agudas do poema.

Diferentemente da “Fala de um guerrilheiro” de Viegas, “Testemunho” surge com um tom muito mais elevado e menos disfórico, mais voltado à apologia do 25 de junho do que para o delineamento de suas tensões, embora o faça, como veremos. Não parece tão afinado à literatura revolucionária, entretanto, por não tematizar a gesta épica e triunfal da Frelimo (em 1975 ainda FRELIMO) por meio da guerra. É igualmente digno de nota que o poema não mencione o nascimento da nação ou a emergência de um país, não fale de guerrilheiros nas matas, mas anuncia apenas um novo alvorecer, um novo dia e novas águas demarcadas. Acresce-se a isso também a dissonância contrastiva decorrente da improbabilidade que marca o surgimento dessa peripécia no poema. Diferentemente da teleologia das narrativas triunfantes que consideram a vitória como certa e seu fruto como derivativo imediato, o poema cria um ruído à volta da quase impossibilidade de que a peripécia acontecesse.

Minha hipótese de interpretação é que essa dissonância contrastiva tem relação com a percepção de que a independência de Moçambique aconteceu sem que houvesse condições propícias para isso. Tais condições se referem ao preparo técnico de mão de obra para assumir a infraestrutura herdada do Estado colonial, mas também ao preparo das mentalidades para a vivência de um país novo e revolucionário. Para compreender essa percepção, gostaria de me apoiar novamente em Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, quando lembram:

Uma das palavras de ordem da Frelimo diz que a vitória prepara-se, a vitória organiza-se. A própria Frelimo tem dito também que o 25 de Abril de 1974 ocorreu cedo demais; pode-se deduzir correctamente que a vitória, alcançada sem ter sido preparada suficientemente, não foi tão satisfatória como devia (ou podia) ter sido (Bragança e Depelchin 1985, 34).

Os sinais desse despreparo para a independência se fizeram sentir em várias dimensões da organização do novo país. Um deles é a organização das Forças Armadas após a independência. A FRELIMO tinha consciência que a FPLM era formada por guerrilheiros sem nenhuma experiência de atuação junto a um exército regular e que seria necessário treinar quadros dirigentes, o que passou a ser feito a partir do início de 1974 com o envio de contingente aos países do bloco socialista (Macaringue 1997, 42). Mas, como observam Freixo e Chingotuane (2024, 169) “a súbita concessão de independência, resultante da Revolução dos Cravos em Portugal, iria atropelar esses planos, pois vários desses quadros foram obrigados a regressar ao país para participar do governo de transição”.

Do mesmo modo, no campo econômico, João Mosca observa que a fuga de administradores portugueses durante o período de transição (1974-1975) e após a independência levou a uma substituição de quadros por militantes da FRELIMO “uns, vindos da luta armada sem experiência de gestão pública e empresarial e com pouco conhecimento das realidades; outros, recém-formados nas escolas superiores e médias [...] oriundos da pequena e média burguesia colonial” (Mosca 2005, 152-153). Segundo sua análise, que corrobora a opinião de diversos analistas (como é o caso de Sumich 2008), isso levou a um processo de burocratização centralizadora e autoritária, com o enfraquecimento dos mecanismos efetivos de consultas às bases sociais da antiga Frente, gerando efeitos no surgimento da crise da representatividade e do desabastecimento: “estruturou-se uma burocracia com bases técnicas pouco sólida e, portanto, pouco eficaz” (Sumich 2008, 153; cf. a esse respeito também Mosca 1999, 72). Tratava-se, em fim de contas, de narrar o momento preciso do nascimento da nação não em uma chave triunfal e heroica, sem mesmo sequer mencionar a nação, mas evidenciar a noite de junho como o nascimento do *improvável país* de caráter revolucionário, sem condições materiais, pessoais e mentais que favorecessem a isso — um esforço hercúleo, cheio de fissuras, hesitações, contradições e muitos fracassos.

Para corroborar a leitura dessa dissensão, é importante relembrar que a data “1975” não é o ano de publicação do poema, conquanto este tenha sido publicado apenas em 1980. Neste sentido, a data posposta surge como um elemento tão significativo no interior do poema quanto qualquer dos versos. Ainda que as referências ao estádio, à chuva e à “zero hora” pudessem indicar para o 25 de junho, nenhum significante parece mais eloquente neste sentido quanto a data de sua suposta escrita. Para uma interpretação histórica do poema, no entanto, o sentido depreendido do ano de publicação parece mais importante até que o ano de sua escrita. Já que, em 1980, a euforia daquela noite podia ser relembrada como uma forma de resistência ao contexto brutal de sobrevivência diante de um colapso econômico, político e social oriundo da crise descrita anteriormente.

Assim, relembrar em 1980 “o que pensávamos e o que sentimos naquela noite de 1975” teria o efeito de rememorar a emoção eufórica daquele ideal que podia brilhar apesar da noite, mas, simultaneamente, apontar para as fissuras decorrentes de uma independência feita sem o preparo necessário, gerando uma dissensão na ordem de uma sucessão de contradições dialéticas: *secura versus* humidade; império colonial *versus* nova fronteira; calor *versus* friúme, às quais corresponderiam a sociedade *versus* Estado; ideal *versus* real; burocracia *versus* participação partidária. Esse efeito dissentâneo, entretanto, emerge no poema por meio de uma forma insidiosa inscrita na morfologia estrutural do texto, que reúne associações imprevisíveis e antipodais a partir das quais emerge a nova manhã no meio da noite, como uma peripécia que retroverte o tempo sobre si próprio e o faz “zerar”. Não era para ter sido, mas foi.

O pretérito do futuro

Gostaria agora de retroceder mais no tempo, e observar a anunciação dessa retroversão imaginada muitos anos de sequer se organizarem as frentes de combate no norte. Assim, quero concluir com apenas mais um curto poema do mesmo Fonseca do Amaral, muito mais antigo que os dois lidos aqui. Trata-se de um texto publicado em 1949, na Lourenço Marques do auge do colonialismo. Muitos anos antes dos cravos de abril florirem. Vejamos:

— Ai, amigo,
como é longa a estrada
semeada de perigo
— Não, companheiro! A luta é um cravo aberto
vertendo sangue
longe... mas sempre perto...
(*Itinerário*, ano 9, nº 89, maio 1949 *apud* Amaral 1999, 28.)

Trata-se de um simples poema de estrutura dramática, composto por dois turnos de falas marcadas por dois travessões, correspondentes a três versos cada. As personagens autoenunciadas dialogam uma com a outra e é possível nomeá-las pelos vocativos com os quais se chamam: amigo

e companheiro. As falas são diametralmente opostas em seus sentidos. A fala do companheiro se inicia por uma interjeição de lamento, “ai”, seguida de uma observação. A utilização de “como” enquanto um advérbio de modo expressa intensidade e surpresa. Os três versos são, portanto, a expressão do espanto causado pela constatação recente de uma circunstância. No caso, trata-se de duas características atribuídas à estrada: ela é longa e semeada de perigos. Como a fala do companheiro denota surpresa recente e toda ela se volta à estrada, é possível deduzir que ambas as personagens se encontram precisamente nesse ambiente no instante da elocução. Destaca-se também a imagem poética obtida pela metáfora: semear perigo. O que é semeado tem uma existência precoce e latente, não se manifesta imediatamente. O que faz entender que a estrada é longa e, em sua grande extensão, está repleta de perigos ainda desconhecidos e que serão oportunamente revelados. Esta fala mostra desalento, queixume pela intensa adversidade do ambiente em que essas personagens parecem estar.

A fala do amigo, no entanto, avança em sentido contrário. Não tanto por atenuar a impressão da adversidade, mas por se posicionar de outro modo diante dela. Para já que o amigo não fala mais de estrada, mas sua exposição toda é organizada à volta da palavra “luta”. E aqui a metáfora que surge é bastante rica: um cravo aberto que sangra, no gerúndio, “vertendo”. É uma sucessão de duas metáforas coordenadas: luta é cravo e cravo sangra (constantemente). Portanto, um combate de natureza não revelada se transforma em vegetal e esse vegetal, imediatamente, se transforma em organismo vivo capaz de verter sangue. A tal luta-cravo já no instante de elocução se encontra em sangramento; ela não está diante de tais personagens, mas encontra-se longe. Imediatamente após as reticências, o verso se torna um paradoxo: apesar de longe, está sempre perto. A luta-cravo já agora sangra, entretanto, sequer começou, mas encontra-se prenhe, próxima de se iniciar.

Essa constatação do amigo é uma objeção ao lamento do companheiro, uma vez que a fala se inicia pelo advérbio “não”. A negativa, porém, parece mais negar o *caput* da fala do companheiro do que a constatação do perigo da estrada. Corrobora essa impressão o fato de o poema ser totalmente simétrico, formado por um rigoroso sistema de correspondências internas. As partes correspondentes são: ai, amigo → não, companheiro; estrada longa → cravo aberto (vertendo sangue); semeada de perigos → longe (mas sempre perto). Desse modo, ao queixume se contrapõe a negativa; ao cansaço e temor da estrada se contrapõe a iminência da luta. É baldado o temor de perigos se há uma luta sanguínea por se iniciar. Lacônico, o poema não favorece maiores desenvolvimentos. Entretanto, sua atomização permite vê-lo como um agudo catalisador, capaz de constranger o temor e o lamento, produzindo uma mobilização preparatória para algo que está por

vir, está longe e perto. A ideia de devir, além disso, é pressuposta em ambas imagens correlatas: a estrada indica caminho, percurso até um objetivo, enquanto o paradoxo da luta mostra sua aproximação e busca por uma reivindicação.

O poema, portanto, mostra o constrangimento imediato que se impõe à manifestação de receio mediante à iminência de uma luta que poderá ser sanguinária e que, em fim de contas, já começou. O texto materializa isso de modo muito conciso por meio de uma estrutura simétrica organizada à volta das correspondências internas. Como interpretar historicamente essa estrutura simétrica constrangedora? É preciso considerar para isso a data de publicação do poema, em maio de 1949, nas páginas do *Itinerário*, um dos mais profícuos veículos moçambicanos de imprensa literária⁵. Trata-se de um momento peculiar para a história política de Moçambique e do continente africano como um todo. No dizer de Leila Hernandez, o pós-Segunda Guerra foi um momento em que “a totalidade da situação colonial desafiava respostas de maior radicalização política, carecendo de ideias e práticas políticas capazes de romper a integralidade da alienação” (Hernandez 2014, 216).

No caso de Moçambique, o próprio Fonseca Amaral (entrevista a Saúte, 1998, 83) observa que a derrota do nazifascismo na Europa afetou a comunidade local: “havia grandes esperanças de que o regime em Portugal fosse afectado por essa vitória”, desse modo, muitos jovens do período — Noémia de Sousa, Ruy Guerra, Rui Knopfli, João Mendes, Ricardo Rangel, Gualter Soares (ao lado de veteranos, como Sobral Campos, Sofia Pomba Guerra, Raposo Beirão) — passaram a ter contato com o Movimento da Unidade Democrática, o MUD-Juvenil, com ressonâncias do Partido Comunista Português. Tratava-se de um momento ímpar de efervescência de ideias políticas, de algum modo correlato à profusão de ideias que circulavam em Lisboa à volta da Casa dos Estudantes do Império (cf. a esse respeito Cláudia Castelo 2015, 26). Após as campanhas presidenciais de Norton de Matos em 1949, quase todos esses militantes são presos: João Mendes e Sobral Campos vão para Angola, Noémia de Sousa para Portugal, Sofia Pomba Guerra para a Guiné, acusados de criarem uma célula do PCP a partir da ação no MUD-Juvenil (Mateus 1999, 80-82). Há germes muitos importantes conectando essa geração politicamente engajada e

⁵ A revista *Itinerário* teve percurso relativamente longo (foi publicada durante 14 anos, entre 1941 e 1955, contando com 149 números), e passou por diversas fases, como bem observa José Camilo Manusse (2007, 28-29). O periódico abrigou uma pluralidade grande de ressonâncias das discussões literárias que se assistiam no Brasil (o advento da literatura nordestina de caráter social), em Angola (a divulgação do surgimento de uma poesia com contornos nacionais) e, sobretudo, em Portugal, reverberando ecos do movimento presencista e neorrealista, transformando-se em “um palco, uma tribuna, onde se expunham os mais diversos temas literários e políticos” (Manusse 2007, 28-29). Cf. Ada Milani (2020) *Immaginari transnazionali: la formazione della letteratura mozambicana attraverso la rivista “Itinerário”* (1941-1955).

nacionalista ao desenvolvimento dos partidos, frentes e movimentos que protagonizaram as lutas armadas pela independência nos territórios africanos sob dominação colonial portuguesa, tendo a poesia como cenário, como demonstra a análise de Dalila Cabrita Mateus (Mateus 1999, 153-162).

Isso mostra que a agitação política foi seguida de violenta repressão, a ponto de pôr em risco as articulações. O próprio Fonseca Amaral reconhece que “a actividade política nos foi coarctada. A repressão era dura. A via única de extravasar, de deixar passar algumas palavras de ordem, digamos assim, era literária” (entrevista a Saúde, 1998, 85). Neste sentido, o poema surge como uma forma muito insidiosa de extravasamento de um apelo pela mobilização para além do temor incutido pela perseguição. Afinal, os perigos semeados estavam em toda parte, muito embora os cravos já sangrassem. Inclusivamente, é valiosa a concepção embutida no poema de que o confronto se inicia com a opressão (afinal, o companheiro já lamenta e o cravo já sangra) e isso antecede a luta. Assim, não há por que temer o perigo da estrada, se o pior já está a acontecer agora. Diante do poema de Fonseca Amaral, não há opção, o temor é inútil: ou se reage contra a opressão ou segue-se sendo oprimido.

Torna-se uma ironia bastante provocativa perceber que é um cravo a imagem dessa luta que ainda não chegou, mas já começou, jorra sangue e solicita o engajamento até dos mais temerosos. A imagem do cravo surge com a antecedência de exatos vinte e cinco anos e um mês da revolução portuguesa, que imprimiu para o mundo a sua imagem-símbolo, no dizer de Lincoln Secco (2005, 62-66). De algum modo, o poema de Fonseca Amaral no longínquo 1949 pode, contemporaneamente, ser inscrito no conjunto das imagens que compõem a mítica de uma revolução feita sem violência, ou, como mostra o depoimento de Valter Hugo Mãe, Maria de Lourdes Pereira, José Rui Teixeira e Perfecto Cuadrado: “Usaram-se flores nas armas dos militares, cantaram-se canções de fraternidade, conta a História que morreu apenas uma pessoa de comoção. O antigo regime opressor ruiu sem resistência” (2024, 207). Afirmo Lincoln Secco que

Mais de uma versão se divulgou sobre o acaso das flores naquela revolução. Mulheres que vendiam flores em Lisboa resolveram dá-las aos soldados. Outra, que voltava do restaurante onde trabalhava (naquele dia não haveria expediente!) estava cheia de cravos que o patrão lhe dera, pois não teria mais uso naquele dia. Então, no Rossio, um soldado lhe pede um cigarro. Ela não tinha, mas ofereceu-lhe um cravo. Logo, outros, achando engraçado, também pedem cada um o seu. Por fim, a história de um casamento que não houve. Ou de um carregamento de flores que voltou do aeroporto, fechado naquele dia pelos revolucionários... (Secco 2005, 64).

Seja como for, a maior confluência está no anúncio da derrocada do império por meio de uma imagem poética de um cravo que já verte sangue e por isso anuncia a luta iminente e ainda não chegada, mas que, entretanto, já começou. Enquanto o colapso do império acontece em Portugal justamente com uma imagem internacional dos cravos nas bocas dos fuzis. O cravo

sangrando de Fonseca Amaral faz pensar, entretanto, em quanto sangue, europeu e africano, precisou ser derramado, antes e depois do 25 de abril, para que as emancipações pudessem efetivamente se concretizar nas mais adversas condições. Nenhuma imagem de uma “revolução pacífica” pode mudar a concepção de que, na expressão da profa. Olga Maria Iglesias Neves, colhida de cartazes de rua no ano de 2024, “o 25 de abril nasceu em África” (2025, 138-159) — de que é uma eloquente prova poética e estética o poema de Fonseca Amaral.

O texto se mostra como uma vanguarda de ideias em vários sentidos, não apenas pela antecipação da luta-cravo. Conservadas os devidos cuidados na comparação, é possível arriscar a aproximação dessa interpretação proposta para o poema com formulações teóricas acerca da literatura em contexto anticolonial. A ideia de que a literatura precisa superar o lamento e anunciar a luta anticolonial foi formulada, uma década depois, por Frantz Fanon, num esquematismo teórico que encontrou ressonâncias tanto na militância política independentista quanto na crítica histórica das literaturas africanas. No célebre capítulo “Sobre cultura nacional”, apresentado no II Congresso de Artistas e Escritores Negros, ocorrido em Roma, 1959 (Barbosa 2019, 441), posteriormente incluído em *Os condenados da terra* (1961), Fanon discute acerca do que entende como três etapas de desenvolvimento da literatura nacional. O primeiro seria um período de assimilação absoluta, em que o intelectual colonizado almeja ser parte da cultura europeia. O segundo, seria um período de mal-estar, em que o intelectual assimilado entende que nunca será aceito na cultura europeia, portanto busca integrar-se numa cultura nativa, mas o faz aos moldes das abstrações exoticistas europeias. O terceiro período, seria o de combate: “o colonizado, depois de ter tentado se perder no povo, de ser perder com o povo, vai, ao contrário, sacudir o povo. Em vez de privilegiar a letargia do povo, ele se transforma em despertador do povo. Literatura de combate, literatura revolucionária, literatura nacional” (Fanon 2022, 223).

Esse esquema tripartite do desenvolvimento das literaturas africanas em contexto colonial teve longa sobrevida, inclusive na crítica, sendo absorvida totalmente por Manuel Ferreira como modelo analítico para os cinco sistemas nacionais, como se vê no ensaio “Dependência e individualidade nas literaturas africanas” (Ferreira 1989, 33-34). Uma outra ressonância do esquema, a despeito das dissensões partidárias, encontrou eco no próprio Eduardo Mondlane, o mítico pai fundador da Frente de Libertação de Moçambique, seu primeiro presidente, assassinado em 1969. Em *Lutar por Moçambique*⁶, Mondlane analisa o advento de novas formas de organização

⁶ A obra foi publicada pela primeira vez em Londres no ano da infausta morte do presidente Mondlane, com o título de *The Struggle for Mozambique*, pela Penguin Books. Esta edição serviu de base para outra em língua inglesa publicada pela Zed Books em 1983. A ela se seguiram uma edição sueca e uma finlandesa, ambas em 1969, uma edição alemã em 1970, uma dinamarquesa em 1971, a portuguesa em 1975 (a primeira tradução para esta língua, edição que consultei

social, política e cultural no ambiente das zonas libertadas durante a guerra desencadeada pela FRELIMO. Para ele, as gerações pregressas da literatura moçambicana não poderiam corresponder ao advento de uma nova cultura nacional uma vez que eram intelectuais “distantes do povo”, como se vê:

Quando Craveirinha e Noémia de Sousa escreviam a sua eloquente denúncia do colonialismo português, não eram lidos pelo povo para quem e acerca de quem escreviam. Agora, [...] distância entre o intelectual e o resto da população está a desaparecer. É isto trouxe uma nova dimensão à poesia política, que perdeu o seu tom de lamento e adquiriu um novo fogo revolucionário, como nos poemas de Marcelino dos Santos, Jorge Rebelo, Armando Guebuza, Sérgio Vieira (Mondlane 1975, 205).

Os nomes todos citados por Mondlane são altos quadros do partido, naturalmente. Mas o que ele despreza em sua análise é essa espécie de *esprit de corps* poético anti-lamento que prevaleceu no final da década de 1940 em Moçambique, de que o poema de Fonseca Amaral é uma prova. O paradigma do anti-lamento na literatura moçambicana é o diálogo estabelecido por Noémia de Sousa com o imediatamente pregresso Rui de Noronha, no célebre “Poema para Rui de Noronha”, de 25 de dezembro de 1949, em que a sujeita lírica busca o antigo poeta para o mbelekar (carregar o bebê às costas) em sua capulana, fazendo-o descansar das agruras do seu egoísmo, enquanto emerge um sujeito coletivo que fará do seu “murcho archote” uma “vida-chama”, “esporeando a revolta nascida nas veias intumescidas”, iluminando a noite “de nossos peitos esmagados” como um cometa (Sousa 2001, 127-129).

Retomando os aspectos estéticos, e para efeitos de compreensão da retroversão de tempo, o poema de Fonseca Amaral está assentado no estrito sistema de correspondências internas contrapostas que levam a retroversões abruptas. Assim, queixume se converte em negativa, lamento se converte em instância, temor se converte em luta, perigo se converte em sangramento, estrada se converte em cravo aberto. O tempo não só está dobrado sobre si próprio no sentido de uma retroversão do seu sentido, mas aquilo que é distante está aqui agora, o futuro está acontecendo imediatamente e está no passado, o que está longe está perto, a luta vai começar, mas a opressão aguda já fez o combate acontecer desde há muito. A luta, no poema, é um processo, não um acontecimento, e seu início é desde que o sistema de opressão tenha assentado suas bases sob as pessoas que hoje lamentam.

Considerações finais

para este artigo) e, finalmente, uma em francês em 1979. A primeira edição moçambicana da obra foi publicada apenas em 1995 pela Coleção Nosso Chão, do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, coordenada pela Isabel Casimiro.

No início desta análise, propus a analisar como, ao voltar-se para as condições concretas que levariam à luta contra a dominação colonial, os textos constroem suas temporalidades prefigurando um futuro em forma de *retroversão*. O caminho feito pelo ensaio, entretanto, perseguiu um trajeto não linear, partindo de um poema bastante posterior à independência, em que o Estado apresentava sinais de esgotamento revolucionário (o futuro do pretérito). Depois, concentrei-me num poema cuja ação acontecia precisamente no instante da independência, ou a ela rememorava, em face de uma abordagem crítica do próprio processo de emancipação e de suas condições concretas e adversas (o presente do pretérito). Posteriormente, voltei-me a um passado remoto, para encontrar uma concepção de luta urgente que se anunciava, que, entretanto, deveria ser vista como um processo constante de mobilização para além dos óbices (o pretérito do futuro).

A cada uma dessas articulações, corresponderam morfologias distintas de organização do poema, por meio das quais o tempo se cindiu de diferentes maneiras. Vale a pena retomá-las. No poema “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Viegas, havia um conjunto de retroversões entre temporalidades distintas, materializadas na sucessão de paradoxos irônicos obtidos por contraposições, que correspondiam às fraturas entre os ideais e as suas práticas nas estruturas de um Estado à beira do colapso. O tempo presente apontava para um sentido, mas “nós” inverteremos essa inércia e faremos com que o tempo caminhe no sentido contrário. Tratava-se de uma peripécia paralisada no ato de existir, a retroversão era urgente, sob pena de pôr a conquista da independência em risco.

O poema “Testemunho” de Fonseca Amaral, publicado em 1980, mas lembrando “a noite de 1975”, rememorava a euforia de um ideal que fez um dia raiar no meio da noite. Havia um efeito dissintâneo obtido por diversas associações imprevisíveis e antipodais a partir das quais emerge uma peripécia que retroverte o tempo sobre si próprio e o faz “zerar”. O improvável aconteceu. Isso foi interpretado em função de uma visão histórica de que o 25 de abril teria acontecido antes que os movimentos independentistas tivessem conseguido organizar suas bases suficientemente para a emancipação política, pelo que o improvável se refere à tarefa hercúlea de organizar um país sem quadros e sem condições propícias.

Já no poema sem título de 1949 de Fonseca Amaral, foi possível analisar um estrito sistema de correspondências internas contrapostas que levam a uma retroversão abrupta. Assim, ao lamento se contrapôs o clamor pela luta imediata. A peripécia aconteceria e já estava acontecendo, o futuro é presente e é passado, o que está longe está perto, a luta vai começar, mas a opressão aguda já fez o combate acontecer desde há muito. Isso foi interpretado em função do momento urgente em que a opressão colonial desafiou respostas radicais de uma juventude organizada no

final da década de 1940 em Moçambique, germe dos movimentos independentistas posteriores e do próprio 25 de abril. Neste sentido, é sugestiva a imagem da luta-cravo vertendo sangue, 25 anos antes dos cravos de abril florescerem em Lisboa.

Referências:

Aristóteles. *Poética*. Pref. Maria Helena da Rocha Pereira. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

Barbosa, Muryatan. “A atualidade de Frantz Fanon: acerca da configuração colonialista”. Em *Intelectuais das Áfricas*, org. Washington Nascimento, Carvalho Filho e Sílvio de Almeida, 437-461. Campinas: Pontes, 2019.

Basto, Maria Benedita. *A guerra das escritas: literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006.

Bessa-Ribeiro, Fernando. “Do esgotamento revolucionário à liberalização: o movimento sindical face às privatizações em Moçambique na década de 1990”. *Caderno CRH*, 28, n. 74 (2015): 369-381.

Bragança, Aquino de, e Jacques Depelchin. “Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos*, n. 5/6 (1985): 29-52.

Campos, Josilene Silva. “História e revolução: o pensamento político da Frente de Libertação de Moçambique a partir dos poemas de combate (1962-1980)”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022.

Candido, Antonio. *Na sala de aula: cadernos de análise literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

Candido, Antonio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas, 2007.

Castelo, Claudia. “Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): síntese histórica”. Em *Mensagem — número especial 1944-1994*, org. Maria do Rosário Rosinha e Aida Freudenthal, 25-31. Lisboa: UCCLA, 2015.

Cavacas, Fernanda, e Aldónio Gomes. *Dicionários de autores das literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1998.

Chociay, Rogério. *Teoria do verso*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1974.

Coelho, João Paulo Borges. “A ‘literatura quantitativa’ e a interpretação do conflito armado em Moçambique (1976-1992)”. Em *Pobreza e paz nos PALOP*, org. Cristina Uldesmann e Ana Bérnard, 1-25. Costa. Lisboa: Sextante, 2010.

Coelho, João Paulo Borges. “As duas guerras de Moçambique”. Em *Entre Áfricas e Brasis*, org. Selma Pantoja, 75-90. Brasília: Paralelo 15/ São Paulo: Marco Zero, 2001.

Couto, Mia. “Moçambique — 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor?” *Via Atlântica*, n. 8 (2005): 91-204.

Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Ferreira, Manuel. *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*. V. III Moçambique. Lisboa: Plátano, 1997.

Ferreira, Manuel. *O discurso no percurso africano (contribuição para uma estética africana)*. Lisboa: Plátano, 1989.

Freixo, Adriano de, e Énio Chingotuane. “A formação das Forças Armadas de Moçambique: a construção da instituição militar no pós-independência (1975-1992)”. *Outros tempos*, 21, n. 38 (2024): 165-197.

Frelimo. *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*. Maputo: Partido Frelimo, 1983.

Geffray, Christian. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1991.

Hamilton, Russell G. *Literatura africana, literatura necessária II – Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

Hansen, João Adolfo. “Retórica da agudeza”. *Letras clássicas*, nº 4 (2000): 317-342.

Hernandez, Leila Leite. “A itinerância das ideias e o pensamento social africano”. *Anos 90*, 21, n. 40 (2014): 195-225.

Knopfli, Rui. “Breve relance sobre a actividade literária”. *Facho*, n. 30 (1974): 6-8.

Knopfli, Rui. “Notas para a recordação do meu mestre Fonseca Amaral”. *Caliban*, n. 2 (1972): 46-47.

Lisboa, Eugénio. “As palavras suaves (reflexão breve sobre Fonseca Amaral)”. Em *Poemas*, Fonseca Amaral, 7-13. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

Macagno, Lorenzo. “Fragmentos de uma imaginação social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, n. 70 (2009): 17-35.

Macaringue, Paulino José. “Para a história do surgimento dos exércitos nos actuais Estados africanos: estudo do caso, a edificação das FAM-FPLM (1962+1977)”. Dissertação, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

Macherey, Pierre, e Étienne Balibar. “Sobre a literatura como forma ideológica: algumas hipóteses marxistas”. Em *Literatura, significação e ideologia*, Maria Alzira Seixo, 15-42. Lisboa: Arcádia, 1976.

Mãe, Valter Hugo; Maria de Lourdes Pereira, José Rui Teixeira e Perfecto Cuadrado. “Revolução dos Cravos: depoimentos”. *Abriu*, n. 13 (2024): 205-215.

Manusse, José Camilo. “Revista *Itinerário* e a recepção da estética presencista e neo-realista em Moçambique”. *Ecos*, 4, n. 1 (2008): 26-32.

Mateus, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999.

- Milani, Ada. *Imaginari tranzaionali: la formazione dela letteratura mozambicana attraverso la revista “Itinerário”* (1941-1955). Milano: Mimesis, 2020.
- Mosca, João. *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- Mosca, João. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- Neves, Olga Maria Iglesias. “O 25 de abril nasceu na África”. *Actio nova*, n. 8 (2025): 138-159.
- Olson, Thomas. “África do Sul e seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação”. *Estudos Moçambicanos*, n. 8 (1990): 17-62.
- Quembo, Carlos Domingos. *Poder do poder: Operação Produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988*. Maputo: Alcance, 2017.
- Saúte, Nelson. 2022. “Jorge Viegas, 75 anos”. <https://opais.co.mz/jorge-viegas-75-anos/>.
- Saúte, Nelson. *Os habitantes da memória: entrevistas com escritores moçambicanos*. Praia: Embaixada de Portugal; Centro Cultural Português, 1998.
- Saúte, Nelson, Eugénio Lisboa e António Sopa (ed.). *Caliban*: edição fac-similada. Maputo: Instituto Camões — Centro Cultural Português, 1996.
- Secco, Lincoln. *25 de abril de 1964: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- Souza, Ubiratã. “A gravitação das formas: gêneros literários e vida social em Moçambique (1977-1987)”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.
- Souza, Ubiratã. *Entre palavras e armas: literatura e guerra civil em Moçambique*. São Bernardo do Campo: Ed. UFABC, 2017.
- Sumich, Jason. “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”. *Análise social*, XLIII, n. 2 (2008): 319-345.
- Thomaz, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono’: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista”. *Revista de Antropologia*, 51, n. 1 (2008): 177-214.
- Viegas, Jorge. *O núcleo tenaz*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981.
- Vieira, Trajano. *Édipo Rei de Sófocles*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Recebido: 18 de janeiro de 2026

Aprovado: 09 de junho de 2026